

Só mais um ano

O presidente Sarney foi derrotado na Comissão de Sistematização da Constituinte por três votos: seu mandato foi reduzido para quatro anos (haverá eleições em 15 de novembro de 88) e o parlamentarismo

entrará em vigor em março. A decisão ainda depende de confirmação do plenário, mas Sarney desistiu de lutar, sentindo-se traído pelos "falsos amigos". O presidente está magoado e divulgou nota em

que nega pressões contra a Constituinte e ambições pessoais. No plenário, o grupo que defendia as diretas-já comemorou o resultado (foto), enquanto no Alvorada nuvens negras prenunciavam

tempestade. Nas próximas páginas (5 a 10), as reações do governo, de políticos, as previsões. Na última, a reação popular.



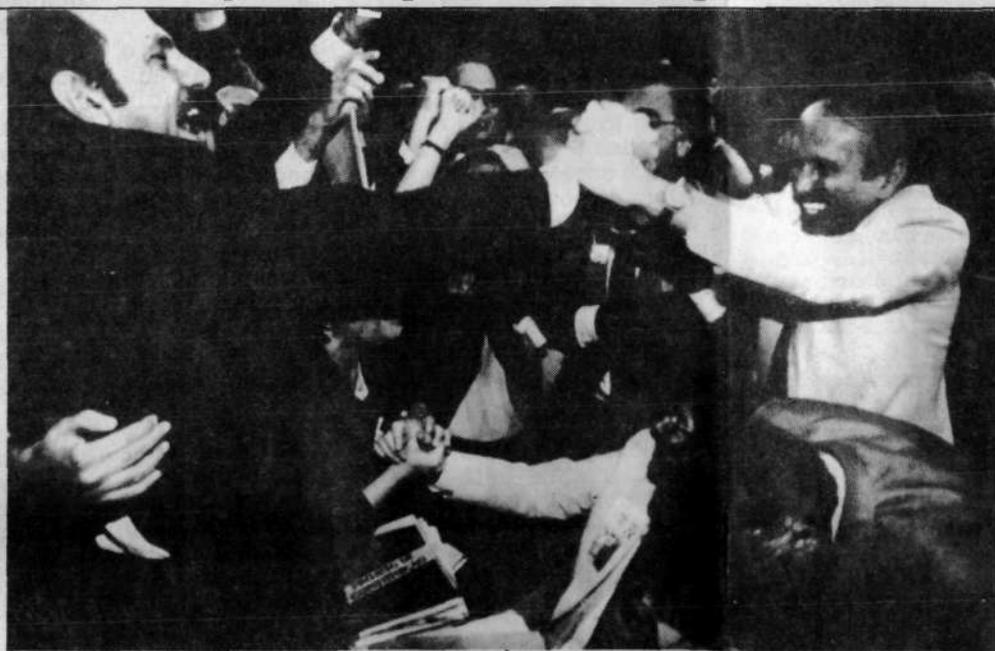
Acaba a votação. O plenário explode de alegria.

Quatro anos de mandato para o presidente José Sarney. Foi o que decidiu ontem, às 13 horas, a Comissão de Sistematização por uma apertada margem de três votos: foram 48 votos pelos quatro anos contra 45, numa votação em que pela primeira vez todos os titulares estiveram presentes, não tendo sido preciso chamar nenhum suplente. Além dos membros da Comissão, vários parlamentares ajudaram a encher o plenário, que explodiu em vibração com a aprovação da emenda do deputado Jorge Hage (PMDB-BA).

A emenda de Jorge Hage, subscrita também pelos deputados José Maria Eymael (PDC-SP) e Haroldo Lima (PC do B-BA), tem a seguinte redação: "O mandato do atual presidente da República terminará em 15 de março de 1989", substituindo o texto do substitutivo do relator Bernardo Cabral, que também votou pelos quatro anos, que no artigo 5º, das disposições transitórias previa: "O mandato do atual presidente da República terminará em 15 de março de 1991".

A votação da emenda dos quatro anos foi precedida, sob os protestos da ala esquerda do PMDB, pela leitura, pelo presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), de uma mensagem do presidente José Sarney, que lhe foi transmitida às 21 horas do sábado, por telefone. O telefonema para Arinos, no seu gabinete, foi assistido pelos deputados Cid Carvalho (MA), Manoel Moreira (SP), Ibsen Pinheiro (RS), Genebaldo Correia (BA) e Israel Pinheiro Filho (MG), todos do PMDB.

"Estou pronto para um grande diálogo visando a conciliação nacional", afirma, na sua mensagem, o presidente José Sarney. "Jamais serei impedimento para que isso ocorra. O meu sofrimento e angústia decorrem da interpretação errônea que estão



dando, de que busco, num sentimento menor, obter a simples prorrogação de meu mandato." Como o deputado Haroldo Lima (PC do B) se insurgira contra a leitura do documento presidencial antes da votação, ao acabar de lê-la o senador Afonso Arinos fez a entrega da mensagem ao deputado — que ficou sem graça — e iniciou o processo de votação.

O processo de votação começou exatamente às 12h55, pelo processo eletrônico, mas isso terminou por gerar confusão: no painel eletrônico constaram 63 votos, sendo 31 contrários à emenda, 31 favoráveis e uma abstenção. O deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), antes que fosse iniciada a chamada nominal dos trinta outros membros da Comissão de Sistematização que

não haviam votado pelo painel eletrônico, protestou, afirmando que tinha votado "sim" à emenda, mas que seu voto fora consignado como "não", pedindo, então, a anulação da primeira votação e a realização de uma outra pelo processo de chamada nominal.

A decisão do presidente Afonso Arinos de anular a votação e mandar realizar outra gerou imediatos protestos da ala que defendia os cinco anos de mandato para Sarney, principalmente da parte dos deputados Theodoro Mendes (PMDB-SP) e Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), filho do ministro Antonio Carlos Magalhães (Comunicações). Apesar dos protestos, Arinos manteve a sua decisão, e o que se viu é que não houve nenhuma abstenção (como aparecera no

painel) nem o voto "não" do deputado Egídio Ferreira Lima, que votou "sim".

Foram decisivos para os quatro anos os cinco votos favoráveis de parlamentares do PFL (Alceni Guerra, Antônio Carlos Mendes Thame, Carlos Chiarelli, Francisco Dornelles e Sandra Cavalcanti), bem como os votos maciços dos pequenos partidos (onze votos favoráveis aos quatro anos, contra apenas dois contrários, dos deputados Gastone Righi e Joaquim Bevilacqua, ambos do PTB) e um voto do PDS, dado pelo deputado Antônio Carlos Konder Reis (SC), enquanto os cinco outros membros do partido votavam contra a emenda.

Pela manhã, o governo tinha três previsões — ganharia cinco anos por 48 votos; logo passou para 47 e em seguida, empate de 46 votos, pela esperada abstenção de Sandra Cavalcanti. A deputada do PFL do Rio dissera ao ministro Abreu Sodré que votaria pelos cinco anos. Depois, que iria abster-se. Acabou votando a favor das diretas-88.

Um dos votos mais trabalhados foi o do deputado Siqueira Campos (GO), líder do PDC. Um senador do PMDB contou que Siqueira Campos queria o afastamento de um alto funcionário federal em Goiás, proposta recusada pelo Planalto por ter sido indicação da bancada do PMDB no Congresso. Diante disso, o líder do PDC decidiu votar pelo mandato de quatro anos. Aos jornalistas, o deputado goiano contou que o grupo dos cinco anos sempre o tratou como "rebootalho", ao passo que o pessoal das diretas-88 sempre o respeitou.

"Sei que perderei milhões de cruzados com isso, mas votarei pelos quatro anos", desabafou o deputado goiano.

No PMDB, 31 votaram "sim," aos quatro anos, superando até mesmo a expectativa do líder do partido na Constituinte, senador Mário Covas (SP), que calculara 30 votos. O voto a mais, dado dentro do PMDB, foi do deputado Celso Dourado (BA). Pelos cálculos do senador Mário Covas, Sarney, teria no máximo 30 votos do PMDB. No PFL, além dos cinco votos favoráveis, os 19 outros foram todos dados contra os quatro anos, inclusive o do senador Afonso Arinos, que, na votação eletrônica, havia votado errado: votara "sim" aos quatro anos, o que foi decisivo para que ele tenha mandado repetir a votação pelo processo nominal de chamada.

O primeiro e o último votos foram dado para os quatro anos para Sarney: a deputada Abigail Feitosa (PMDB-BA) e o senador Antônio Farias (PMB-PE) arrancaram demorados aplausos dos colegas e das galeiras ao gritarem a plenos pulmões os votos "sim" à redução do mandato de Sarney.

O 47º voto, anterior, foi o decisivo para a aprovação da emenda e foi dado pelo senador Jamil Haddad (PSB-RJ). Haddad, tomado pela emoção e saudado pelos que o cercavam no meio do plenário da Câmara dos Deputados, onde se realizou a sessão da Comissão de Sistematização, chegou a gritar seu voto, antes mesmo que o senador José Fogaça (PMDB-RS), responsável pela chamada nominal, chamasse o seu nome.